

FALAS ANALISADORAS DA CRIMINALIZAÇÃO DA ADOLESCÊNCIA

EDUARDO SPIERING SOARES JÚNIOR¹; MICAELA GONÇALVES VIVAN²; JOSÉ RICARDO KREUTZ³

¹*Universidade Federal de Pelotas – eduardossoares@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – micaela_gv@hotmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – jrkreutz@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Este projeto que será apresentado faz parte de um projeto maior, que se chama "Territórios de Experimentação e Problematização da Diferença a partir de ações de Ensino e Extensão no âmbito da graduação". É resultado de um conjunto de produções feitas pelos graduandos ao longo do ano de 2015 e se apresenta como uma reflexão inaugural do grupo TELURICA - Territórios de Experimentação em Limiares Urbanos e Rurais: In(ter)venções em Coexistências Autoriais. O TELURICA é um grupo de pesquisa interdisciplinar coordenado pelo Prof. Dr. José Ricardo Kreutz, vinculado ao curso de Psicologia da UFPel, cuja linha de pesquisa inicial é intitulada "Investigação e In(ter)venção em limiares sociais urbanos e rurais".

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) são considerados adolescentes os indivíduos entre doze e dezoito anos incompletos, e a estes são garantidos direitos na Constituição da República Federativa do Brasil, Artigo 227º que define:

"É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligéncia, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (BRASIL, 1988).

Diante a consideração da criminalização da adolescência como efeito de uma discussão social atual e amplamente divulgada na mídia de massa e redes sociais, uma problemática acerca destes efeitos discursivos se impõe.

A motivação para uma ampla pesquisa sobre as falas analisadoras e sobre os discursos morais construídos socialmente surge desta urgência contemporânea que clama por definições, resultados e soluções rápidas para qualquer questão emergente na sociedade.

Para realizar a análise proposta, foram criados alguns pressupostos iniciais: (1) que todo discurso científico não é neutro e produz sujeitos; (2) que a produção desse sujeito é advinda de uma construção moral, travestida de discurso científico; (3) há uma violência escondida no controle moral operado pelo discurso científico da psiquiatria e da justiça; (4) a forma como a criminalidade se apresenta é individualizada.

Portanto o que se pretende é fazer uma investigação genealógica (FOUCAULT, 2012) dos discursos correntes das mídias e redes sociais em discussão utilizando como ferramentas os seguintes operadores conceituais: violência, moral e produção de sujeito e adolescência.

Inicialmente, optamos por não definir um conceito de violência. Por hora, nortearemos o estudo a partir das narrativas propostas por Luiz Eduardo Soares na obra “*JUSTIÇA, PENSANDO ALTO SOBRE VIOLÊNCIA, CRIME E CASTIGO*” que será estudada ao longo da pesquisa. Moral, será compreendida como um “conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as Igrejas, etc.” (FOUCAULT, 1984). O conceito de produção de sujeito é oriundo de processos de subjetivação e objetivação os quais transformam os seres humanos em assujeitados pela ciência e outras a práticas de saber/poder das instituições já citadas anteriormente (FOUCAULT, 1982). Destacamos que o estudo destes conceitos está colocado de forma muito incipiente ainda, sendo necessário seu aprofundamento ao longo da pesquisa.

Os objetivos deste trabalho abrangem uma reflexão sobre as possíveis formas como esses discursos passam a ser operados como verdades, sem que se contextualizem a multiplicidade de variáveis que o produziram, de modo a buscar uma modificação no discurso naturalizado que determina a criminalização da adolescência atualmente.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho, como já mencionado, é genealógica e parte da escolha de textos que já foram e que ainda serão veiculados em jornais, sites e redes sociais, envolvendo direta ou indiretamente o discurso da criminalização da adolescência. A captação desses textos terá duração compreendida entre maio e dezembro do ano de 2015. Após este período será feito a análise dos discursos morais produtores de sujeitos.

Serão selecionadas as falas significativas que enunciam o tema cuja escolha se dará a partir da perspectiva da análise de implicação (BAREMBLITT, 2002) dos próprios autores, as quais estarão sujeitas à contextualizações e problematizações advindas de um diálogo entre a interpretação dos conceitos e estudo dos materiais bibliográficos selecionados e aqueles veiculados na mídia e nas redes sociais visando dar luz a temática da violência, moral e produção de sujeito.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente é preciso estabelecer as perspectivas de adolescência. O termo adolescência, que em legislação (BRASIL, 1988) comprehende o período entre 12 e 18 anos, é mais utilizado por profissionais de Psicologia, para descrever a fase do desenvolvimento humano em que há a transição da infância para a vida adulta, marcada por transformações físicas, emocionais e comportamentais (FREITAS, 2005).

Diante a ebólition atual da discussão acerca da criminalização da adolescência surgem questionamentos sobre quais são os meios, os motivos e os discursos que embasam a formulação dessa problemática.

A individualização da culpabilidade dessa faixa etária como sendo a principal responsável pelos níveis de violência no país nos apresenta dúvidas quanto à competência do Estado na garantia de direitos básicos a cidadãos compreendidos nessa faixa etária, conforme relata a Organização das Nações Unidas no Brasil

(ONUBR) em nota oficial sobre a possibilidade de redução da maioridade penal no Brasil:

“Se as infrações cometidas por adolescentes e jovens forem tratadas exclusivamente como uma questão de segurança pública e não como um indicador de restrição de acesso a direitos fundamentais, a cidadania e a justiça, o problema da violência no Brasil poderá ser agravado” (ONUBR, 2015).

Além disso, nos incita a analisar os fatores psicossociais que permeiam a construção desse sujeito criminalizado, observando que dados demonstram uma realidade em que o Brasil ocupa a segunda maior prevalência de homicídios de adolescentes no mundo, acompanhada por uma estatística onde apenas 0,013% dos 21 milhões de adolescentes que vivem no país já cometeu algum atentado contra a vida. Dessa maneira é necessário elucidar teoricamente que os adolescentes criminalizados pela sociedade atual, talvez, sejam mais vítimas do que agentes de violência (UNICEF, 2012; 2014).

Este projeto tem, portanto, a intenção de “desnaturalizar” esse consentimento existente na sociedade com a criminalização da adolescência. Até o presente momento, o desenvolvimento do projeto envolveu a realização de reuniões onde o tema em questão foi discutido entre os autores. Ademais, a captação de material para a realização da análise dos discursos já está sendo realizada, simultaneamente à leitura de bibliografia já disponível.

4. CONCLUSÕES

A análise do assunto em questão pretende apontar alguns indícios nos discursos estudados que evidenciem os mecanismos produtores dessa criminalização da adolescência. A compreensão destes mecanismos poderão, quiçá, nos oferecer campos de visibilidade onde poderemos “desmembrar” os discursos e as falas “científicas” que produzem esse sujeito criminalizado construído moralmente.

Um dos motivadores para a criação do grupo TELURICA é o desenvolvimento de produções que partam da percepção de problemáticas enunciadas pelos alunos da graduação. Nesse caso, estas problemáticas pretendem contribuir com novos olhares no campo das práticas e investigações em psicologia a partir de questões emergentes das inquietações mais fortes do tema em seus autores.

Cada vez mais se faz necessário estimular os graduandos para reflexões críticas sobre temas que os provoquem, tornando-os capazes de apresentar posicionamentos consistentes sobre os mesmos.

Por fim gostaríamos de justificar o desafio de trazer à proposta investigativa um conceito próprio da Psicologia do Desenvolvimento que é a adolescência. Ao invés de pensarmos a criminalização da juventude, preferimos destacar a criminalização da adolescência, em razão da necessidade de que sejam construídas discussões sobre a produção de sujeitos ao encontro das tensões características à adolescência. De maneira a agregar mais elementos para a compreensão do fenômeno investigado, visto que há processos de produção de vida e sexualidade que se apresentam de forma muito singular nessa fase do desenvolvimento.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAREMBLITT, G. F; **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática.** Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. [www.planalto.gov](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8069.htm), 13 jul. 1990. Acessado em 20 jul. 2015. Online. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8069.htm.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 2. O uso dos prazeres.** Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** São Paulo: Graal, 2012.

FOUCAULT, M **Subject and Power.** In DREYFUS,H & RABINOW,P. **Beyond structuralism and hermeneutics.** Brighton: The Harvester Press, 1982.

FREITAS, M.V. **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais.** [www.acaoeducativa.org](http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf), nov. 2005. Acessado em 20 jul. 2015. Online. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONUBR). **Nações Unidas no Brasil se posicionam contra a redução da maioridade penal.** [nacoesunidas.org](http://nacoesunidas.org/nacoes-unidas-no-brasil-se-posicionam-contra-a-reducao-da-maioridade-penal/), 11 mai. 2015. Acessado em 25 mai. 2015. Online. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/nacoes-unidas-no-brasil-se-posicionam-contra-a-reducao-da-maioridade-penal/>.

SOARES, L. E; **Justiça: Pensando alto sobre violência, crime e castigo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

THE UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). **Hidden in plain sight: a statistical analysis of violence against children.** [data.unicef.org](http://files.unicef.org/publications/files/Hidden_in_plain_sight_statistical_analysis_EN_3_Sept_2014.pdf), 03 set. 2014. Acessado em 20 de jul. 2015. Disponível em: http://files.unicef.org/publications/files/Hidden_in_plain_sight_statistical_analysis_EN_3_Sept_2014.pdf.

THE UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). **Homicídios na adolescência no Brasil.** [data.unicef.org](http://www.unicef.org/brazil/pt/br_IHA2012.pdf), 28 jan. 2014. Acessado em 20 de jul. 2015. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/br_IHA2012.pdf.